



## Projetos que reduzem burocracia no país estão prontos para votação

Plenário já pode avaliar as 16 propostas da Comissão Mista de Desburocratização, que, após um ano de trabalho, encerrou as atividades em dezembro

**E**stão prontas para votação no Plenário as propostas elaboradas pela Comissão Mista de Desburocratização, que visam facilitar a vida dos brasileiros e melhorar o ambiente de negócios no país. São 16 projetos de lei que tratam de assuntos como patentes, registros de imóveis, horários de prestação de serviço de cartórios, emissão de documentos, alvarás e licenciamentos.

Também há projetos sobre constituição, incorporação, fusão e dissolução de pessoas jurídicas. Ou-

tros temas tratados são empresas individuais, sociedades limitadas, prescrição de prazos, resolução de conflitos judiciais e extrajudiciais e fiscalização de atividades poluidoras.

A comissão funcionou de dezembro de 2016 a dezembro de 2017. Sob a presidência do deputado Júlio Lopes e a relatoria do senador Antonio Anastasia, a comissão avaliou procedimentos e rotinas realizados por órgãos e entidades da administração pública e encerrou suas atividades com um relatório de 104 páginas. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Antonio Anastasia fala na Comissão de Desburocratização, que foi presidida pelo deputado Julio Lopes (E)



Marcos Oliveira/Agência Senado

Hélio José (4º à esq.) preside audiência na Comissão Senado do Futuro sobre prevenção de acidentes em obras

### Debate aponta que obra pública precisa de atenção

Para diminuir o risco de acidentes nas obras públicas, são necessários planejamento e manutenção, concluiu audiência na Comissão Senado do Futuro. Para os debatedores, de-

sastres como o rompimento de barragens e o desabamento de viadutos revelam a urgência de uma legislação mais eficaz e de uma melhor aplicação dos recursos orçamentários. **4**

**Projeto proíbe negativar nome sem aviso prévio **4****

**Direito social deve incluir proteção à adolescência **2****

**Seguranças de metrô poderão ter porte de arma **4****

### Brasil e Argentina estudam criar órgão bilateral sobre metrologia

O Grupo Parlamentar Brasil-Argentina debaterá em audiência na quarta-feira a possibilidade de criação de um organismo bilateral de metrologia. A intenção é analisar

uma forma de harmonizar os parâmetros de medições em geral entre os dois países. O embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, deve participar do debate. **2**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senador Fernando Collor, presidente do grupo, e embaixador Carlos Magariños

### Regulamentação para historiadores na pauta do Senado

Projeto que prevê regras para a profissão de historiador foi alterado pelos deputados e está pronto para nova análise dos senadores. Na Câmara, o exercício da profissão deixou de ser privativo para ser apenas assegurado a historiadores. **2**

Traje de dom Pedro II em museu: Senado estuda projeto que trata da atuação dos historiadores

Arquivo do Museu Imperial

### Plenário pode alterar ICMS sobre celular pré-pago

O Plenário pode votar projeto que determina que o ICMS incidente sobre a telefonia pré-paga seja cobrado no estado em que o celular estiver habilitado. Atualmente, a lei estabelece a cobrança do imposto no local onde o serviço de comunicação for utilizado.

Segundo o autor, ex-senador Francisco Dornelles, o projeto procura adequar a telefonia móvel pré-paga, que ainda não foi totalmente regulamentada, às necessidades atuais. **4**



Pedro França/Agência Senado

Mais de 80% das linhas de telefonia móvel utilizadas no país são pré-pagas

# Regras para profissão de historiador vão a Plenário

Texto foi alterado pelos deputados e será votado de novo no Senado. Para evitar reserva de mercado, proposta agora prevê exercício da profissão apenas assegurado, e não mais privativo, a historiadores

UMA PROPOSTA QUE regula a profissão de historiador e estabelece os requisitos para seu exercício está pronta para votação no Plenário. O texto é um substitutivo da Câmara (SCD 3/2015) ao PLS 368/2009, do senador Paulo Paim (PT-RS).

Pelo texto alterado pelos deputados, o exercício da profissão de historiador deixará de ser privativo dos historiadores para se tornar apenas “assegurado” a esses profissionais, eliminando a possibilidade de reserva de mercado. O projeto garante o exercício da profissão a quem trabalha no setor há pelo menos cinco anos e a quem detenha diploma de mestrado ou doutorado com linha de pesquisa dedicada a história.

Entre as atribuições profissionais, o texto prevê o magistério de história nas escolas de ensino fundamental e médio, desde que cumprida a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto à obrigatoriedade da licenciatura.

O profissional poderá ainda planejar, organizar, implantar e dirigir serviços de pesquisa histórica, assessorar, organizar, implantar e dirigir serviços de documentação e informação histórica, e elaborar pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.



Paulo Paim é o autor do projeto, que sofreu alterações na Câmara

Pelo texto, poderá exercer a atividade de historiador quem tem: diploma, nacional ou estrangeiro com revalidação, de curso superior em história; diploma de mestrado ou doutorado em história, ou obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com linha de pesquisa dedicada à história; e os profissionais diplomados em outras áreas que tenham começado a exercer, comprovadamente, há mais de cinco anos da data de promulgação da lei, a profissão de historiador.

## Alterações

Na Câmara dos Deputados, foi a retirada da menção ao magistério superior como atribuição de historiadores. A

exigência do diploma para o exercício de cargos e funções de historiador foi substituída pela do registro profissional.

Os deputados também retiraram a referência de obrigatoriedade de registro pela superintendência regional do Trabalho, deixando-a a cargo da “autoridade trabalhista competente”.

## Registro

O projeto exige, para provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de historiador, a comprovação obrigatória de registro profissional na autoridade trabalhista competente. Já as entidades que prestam serviços em história deverão manter historiadores legalmente habilitados em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços.

# PEC inclui proteção à adolescência como direito social

A proteção à adolescência pode ser incluída nos direitos sociais garantidos pela Constituição, no mesmo rol que já contempla educação, moradia, saúde e proteção à maternidade e à infância. A PEC 70/2011, que trata do assunto, está pronta para ser votada pelo Plenário.

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC), autor da proposta, argumenta que a Constituição

garante diversos direitos a crianças e adolescentes, mas inclui apenas a proteção à infância no rol dos direitos sociais. Como exemplo de direitos já presentes no texto, ele citou programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente.

“Essa omissão precisa ser corrigida, sob pena da incoerência das garantias previstas nos demais dispositivos cons-

titucionais”, explicou Bauer.

A relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), concorda. “Aos adolescentes são devidos apoio e proteção para que possam desenvolver seu potencial humano e ingressar na vida adulta em condições mais favoráveis ao exercício pleno da cidadania”, argumenta.

O texto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

# Grupo debate cooperação entre Brasil e Argentina em metrologia

O Grupo Parlamentar Brasil-Argentina debaterá em audiência pública na quarta-feira a possibilidade de criação de um organismo bilateral de metrologia para os dois países. A intenção é analisar uma forma de harmonizar os parâmetros de medições em geral entre as duas nações.

A discussão contará com a presença do embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños.

Também foram convidados o coordenador-geral de Articulação Internacional do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Jorge Antonio Cruz, e a representante do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, Vera Helena Thorstensen.

## Convidados

Representantes do Poder Executivo também devem comparecer à reunião. A lista de convidados inclui ainda

o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Abrão Miguel Árabe Neto, e o subsecretário-geral da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Paulo Estivallet de Mesquita.

## Entraves

A audiência faz parte do plano de trabalho para o biênio 2017-2018, aprovado pelo colegiado em agosto do ano passado.

O principal objetivo do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina é reduzir os entraves burocráticos que dificultam o aprofundamento das relações entre os países.

O colegiado é presidido pelo senador Fernando Collor (PTC-AL), também presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Os cargos de vice-presidentes são ocupados pela deputada federal Bruna Furlan (PSDB-SP) e pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

# Jucá diz que nova MP ajudará a socorrer refugiados da Venezuela

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) informou ontem que o governo editará uma medida provisória para criar o estado de emergência social. O objetivo, disse, é dar base legal a um decreto que enquadrará Roraima nessa situação.

Assim, afirmou Jucá, será



Marcos Oliveira/Agência Senado

possível criar um grupo de trabalho do governo para dar o apoio necessário aos milhares de venezuelanos que fugiram do caos que se instalou no país vizinho, em colapso social e econômico.

— O presidente Temer anunciou que não faltarão recursos — disse Jucá.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burler  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Projetos contra burocracia estão prontos para votação

Plenário deve analisar 16 propostas apresentadas pela Comissão Mista de Desburocratização para facilitar a vida dos cidadãos em questões como licenciamentos, registro de patentes e emissão de documentos

AS PROPOSTAS ELABORADAS pela Comissão de Mista de Desburocratização começaram a tramitar no Senado e estão prontas para serem votadas pelo Plenário. Ao todo, são 16 projetos de lei que tratam de registros em cartório, patentes, alvarás, licenciamentos, emissão de documentos e outros temas que visam facilitar a vida dos brasileiros.

Entre as propostas, está o PLS 24/2018, que objetiva tornar mais rápida a retirada de sociedades empresariais do mercado, sem comprometer direitos de credores e sócios.

Segundo o texto, quando pelo menos dois terços dos sócios de uma sociedade simples, limitada ou em nome coletivo declararem a inexistência de ativos a partilhar e passivos a liquidar, o encerramento da empresa passa a ser imediato.

“Os processos de dissolução e liquidação de sociedades enfrentam uma série de etapas impostas por leis e atos normativos que os tornam excessivamente lentos. Essa demora é ruim para o país, pois impede que os recursos destinados a empreendimentos que, sabidamente, não seguirão adiante sejam realocados em usos mais produtivos”, justificou o deputado Júlio Lopes (PP-RJ), autor de um projeto que serviu de base para o projeto.

Outra proposta de Júlio Lopes encampada pela comissão é o PLS 23/2018, que dá mais flexibilidade à fiscalização do Ibama. Segundo a proposta, empresas que cumprem regularmente seus compromissos na área ambiental poderão ser premiadas com uma frequência menor de ações fiscalizatórias.

“Com a redução da fiscalização dos empreendimentos

cumpridores de suas responsabilidades ambientais, os recursos economizados pelo órgão fiscalizador ficariam disponíveis para serem utilizados na fiscalização mais intensa das empresas inadimplentes. A medida aumentaria a eficácia da atividade fiscalizatória”, argumentou o deputado.

## Avaliação

Sob a presidência de Júlio Lopes e com o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) como relator, a Comissão Mista de Desburocratização funcionou por um ano e encerrou suas atividades em dezembro.

O resultado dos trabalhos inclui um relatório de 104 páginas com a avaliação dos procedimentos e rotinas realizados por órgãos e entidades da administração pública e com sugestões para melhorar o ambiente de negócios no país.

## Projetos de desburocratização

<b>PLS 9/2018</b>	Permite ao usuário da Redesim praticar diversos atos relativos a pessoas jurídicas em geral. Mantida pelo governo federal, a Redesim é um conjunto de sistemas informatizados colocados à disposição do cidadão para realizar o processo de registro e legalização de pessoas jurídicas no âmbito da União, dos estados e dos municípios
<b>PLS 10/2018</b>	Altera regras relativas à empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli)
<b>PLS 11/2018</b>	Altera regras sobre a sociedade limitada, como a permissão para emissão de debêntures e a formação de um conselho de administração. Permite a criação da sociedade limitada unipessoal, constituída por uma só pessoa natural ou jurídica
<b>PLS 12/2018</b>	Acrescenta ao Código Civil mais causas que suspendem a prescrição. A prescrição é a perda do direito de ação, devido ao decurso de determinado período de tempo
<b>PLS 13/2018</b>	Altera o Código Civil para estabelecer que a resolução tácita de um contrato pode se dar por interposição judicial e extrajudicial. Atualmente, a lei prevê apenas a forma judicial. A intenção é agilizar a resolução de conflitos
<b>PLS 14/2018</b>	Disciplina a adjudicação extrajudicial no caso de promessa de compra e venda de imóveis. Adjudicação dá a alguém a posse de determinados bens. O comprador de imóvel que já firmou promessa de compra e venda e possui certidão de quitação terá direito à escritura definitiva não apenas por via judicial mas também extrajudicial, em cartório
<b>PLS 15/2018</b>	Muda a Lei dos Cartórios para facultar aos titulares de serviço notarial e de registro decidir pela prestação dos serviços em qualquer dia e horário
<b>PLS 16/2018</b>	Altera o Código Civil, a Lei de Alienação Fiduciária e o Código de Trânsito Brasileiro. Entre outras providências, determina que as pendências tributárias ou administrativas de veículo automotor não acarretam sua indisponibilidade civil
<b>PLS 17/2018</b>	Muda a Lei dos Cartórios para atribuir aos serviços notariais e de registro o dever de intermediar pedidos dos usuários relativos a atos de outras serventias. Atualmente, os cartórios só podem realizar atos dentro do município de sua delegação
<b>PLS 18/2018</b>	Muda a Lei dos Cartórios para determinar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a edição de um código nacional de normas para evitar divergências entre normatizações para os serviços notariais e de registro produzidas pelos Tribunais de Justiça estaduais
<b>PLS 19/2018</b>	Muda a Lei de Protestos para definir os títulos e os documentos de dívida suscetíveis de protesto com o objetivo de acabar com divergências jurisprudenciais. Protesto é o ato formal pelo qual se prova a inadimplência
<b>PLS 20/2018</b>	Altera o Código de Processo Civil para disciplinar o direito do credor de obter a constrição cautelar de bens nos processos envolvendo obrigações de pagar, de entregar coisa, de fazer e de não fazer. A constrição é o modo pelo qual o titular perde o direito de dispor livremente do bem. São exemplos o arresto e o sequestro, entre outros
<b>PLS 21/2018</b>	Altera o Código de Processo Civil para dispor sobre a citação, por edital, do réu com endereço desconhecido
<b>PLS 22/2018</b>	Altera o Código de Processo Civil para prever, como título executivo extrajudicial, o documento particular assinado pelo devedor independentemente de testemunhas. Atualmente, o CPC exige assinatura de duas testemunhas
<b>PLS 23/2018</b>	Flexibiliza a periodicidade da fiscalização de atividades poluidoras ou capazes de causar degradação ambiental
<b>PLS 24/2018</b>	Simplifica os trâmites necessários ao encerramento das atividades das sociedades simples, limitadas e em nome coletivo

Pedro Franco/Agência Senado



Atividades de cartórios são temas de algumas das propostas apresentadas pela Comissão de Desburocratização

## Estado paralelo é inaceitável, afirma José Medeiros

José Medeiros (Pode-MT) defendeu ontem medidas mais duras no combate à violência.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ele lamentou um caso de homicídio ocorrido em Cuiabá durante o Carnaval e afirmou que os crimes violentos proliferaram no país inteiro.

Para ele, que informou ter sido policial, a sociedade não pode aceitar que os bandidos atuem num “Estado dentro do Estado”. Enquanto isso, disse, “a polícia permanece acovardada e de mãos atadas por medo de ser acusada de violenta”. Medeiros negou defender ações desmedidas, mas pediu mais liberdade para a polícia.

## Raupp: leis contra a violência devem ter prioridade

Leis que promovam o combate à violência devem ter destaque na pauta do Congresso Nacional em 2018, afirmou ontem em Plenário o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).



Marcos Oliveira/Agência Senado

Raupp apresentou dados do *Mapa da Violência* e do Ministério da Justiça que atestam o aumento no número de crimes no país. De acordo com o senador, entre 1980 e 2014, houve 968 mil mortes por ferimentos com armas de fogo. Em 1980, foram 6.104 homicídios. Em 2014, o número saltou para 42.291. Hoje o número de mortes já ultrapassa a casa dos 60 mil.

## Ana Amélia apoia tema da Campanha da Fraternidade

Ana Amélia (PP-RS) parabenizou a CNBB pela escolha do tema “Fraternidade e superação da violência” para a Campanha da Fraternidade deste ano. Segundo ela, a entidade lembra que, ao desviar dinheiro público, os políticos promovem a violência.



Marcos Oliveira/Agência Senado

A senadora lamentou ainda que, passados quase 30 anos, a escola de samba Beija-Flor volte a se destacar no Carnaval criticando a corrupção, o que demonstra que “quase nada mudou no país”. Em 1989, a escola havia tratado do assunto no enredo “Ratos e urubus, larguem a minha fantasia”.

## Alvaro declara não ter aposentadoria como ex-governador

Ao contrário do que tem sido divulgado por meio de redes sociais, Alvaro Dias (Pode-PR) afirmou que jamais recebeu aposentadoria como ex-governador do Paraná. Ele revelou ter aberto mão do benefício, o qual ele tentou extinguir quando governava o estado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Mesmo assim, o senador afirmou que tem sido listado, “por pessoas de má-fé”, entre autoridades que recebem aposentadorias exorbitantes. Segundo Alvaro, o objetivo é fazer com que as pessoas acreditem que a reforma da Previdência é necessária agora para corrigir eventuais distorções.

## Governo precisa reajustar tabela do IR, diz Reguffe

O governo aproveita que a população está atenta a outros temas para mais uma vez deixar de reajustar a tabela de Imposto de Renda Pessoa Física, disse Reguffe (sem partido-DF). O senador apresentou dados do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal segundo os quais a defasagem de reajuste entre 1996 a 2017 é de 88,4%. O limite de isenção do Imposto de Renda é hoje de R\$ 1.903,98. Se a tabela tivesse sido corrigida, não pagaria o tributo quem ganha até R\$ 3.556,56.



Marcos Oliveira/Agência Senado

— Isso é um aumento de impostos e de carga tributária de forma disfarçada.

# Debate: obra pública deve ter manutenção eficiente

Para especialistas, plano de fiscalização e ações de recuperação reduziram riscos de acidentes, como a queda de um viaduto em Brasília

**PLANEJAMENTO CORRETO**  
E manutenção eficiente são essenciais para aumentar a qualidade e para diminuir o risco de acidentes nas obras públicas. Foi o que apontaram os convidados de audiência promovida ontem pela Comissão Senado do Futuro (CSF).

Para o secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, Antonio Coimbra, a infraestrutura brasileira vem sofrendo com o aumento da sobrecarga de veículos. Daí a importância de um programa eficiente de manutenção. Como exemplo, ele informou que o governo do DF tem um plano de monitoramento e recuperação para a Ponte JK, que já apresenta problemas em sua estrutura.

Na visão do engenheiro Reynaldo Barros, superintendente de Integração do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), os vários órgãos públicos e privados ligados à engenharia deveriam somar esforços em ações de



O senador Hélio José fala em audiência da Comissão Senado do Futuro sobre acidentes em obras públicas

prevenção e manutenção. Ele pediu uma legislação sobre obras públicas mais eficaz e uma melhor aplicação dos recursos orçamentários.

O presidente da Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem (ABDER), Henrique Ludovice, disse que investir em engenharia é essencial para atender as demandas da nação.

— Todos somos contra a corrupção, mas defendemos a engenharia nacional — declarou Ludovice, que ainda defendeu o DER-DF em relação à queda de um viaduto na região central de Brasília.

O representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Anderson Lucas, afirmou que planejamento, acompanhamento e

fiscalização compõem um processo que vale para as agências reguladoras e para todo ente público.

O engenheiro e advogado Artur Milhomem Neto informou que a OAB-DF entrou com uma ação civil pública cobrando do governo do Distrito Federal a fiscalização da infraestrutura de mobilidade na capital.

## Barragens

O superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Alessandro Cantarino, detalhou o plano de fiscalização de barragens promovida pela Aneel. Também estiveram presentes ao debate representantes das agências nacionais de Transportes Aquaviários (Antaq), de Águas

(ANA), de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e de Aviação Civil (Anac).

A audiência foi sugerida pelo presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF), que coordenou o debate. Nos últimos anos, observou o senador, o grande número de acidentes envolvendo obras públicas torna “necessário e urgente” discutir, no âmbito do Legislativo, as causas dessas ocorrências, além de possíveis soluções. Ele citou como exemplo o rompimento de uma barragem na região de Mariana (MG) e a queda de um viaduto em uma área central de Brasília.

— Tem sido comum, infelizmente, ouvir registros de acidentes em obras públicas. É uma situação que precisa mudar — declarou Hélio José.

## Para Hélio José, é preciso aprimorar modelo de licitações

O senador Hélio José afirmou ontem, em Plenário, que a sequência de graves acidentes em obras públicas mostra que é preciso rever o modelo de licitações e aprimorar os mecanismos de manutenção e fiscalização. Hélio José também pediu apoio ao projeto de sua autoria que, nas obras públicas, torna obrigatória a apresentação de projeto executivo para liberação de recursos (PLS 269/2016).

— Com o envelhecimento das cidades, cresce a necessidade de restaurar, fiscalizar e melhorar as estruturas urbanas — disse o senador.

Segundo o senador, a necessidade de melhoria das estruturas urbanas aumenta à medida que a infraestrutura das cidades envelhece e o número populacional e de veículos em circulação cresce. Ele disse que o Brasil precisa rever seu modelo de licitação, que, em sua visão, está superado e não ajuda a evitar acidentes.

## Projeto na pauta do Plenário altera cobrança de ICMS sobre telefonia pré-paga

O ICMS incidente sobre a telefonia pré-paga será cobrado no estado em que o telefone estiver habilitado. É o que estabelece um projeto que aguarda votação do Plenário (PLS 736/2011 — Complementar).

O autor do texto, ex-senador Francisco Dornelles, buscou adequar a Lei Kandir à realidade das telecomunicações, marcada pela popularização

das redes móveis e dos planos de serviço pré-pago e também pela possibilidade de uso dos créditos de celular para contratar produtos e serviços que não são de comunicação.

Dornelles destacou que em 1996, quando a Lei Kandir entrou em vigor, os celulares no Brasil não passavam de 2,7 milhões e, já em 2011, o país contava com mais de 200

milhões de linhas de celular — mais de 80% delas pré-pagas.

Segundo o ex-senador, a Lei Kandir determina o momento da ocorrência do serviço de comunicação como fato gerador de cobrança do ICMS, estipulando como exceção à regra o fornecimento de “ficha, cartão ou semelhantes”, de modo a controlar a arrecadação associada ao uso

de telefones públicos. Porém, a telefonia móvel pré-paga, entende Dornelles, não se encontra totalmente disciplinada pela legislação.

“Na medida em que o terminal portátil se presta cada vez mais a ser instrumento de pagamento de serviços outros que não os de comunicação, a cobrança antecipada do ICMS, além de inadequada, torna-se

vulnerável juridicamente”, afirmou na justificativa do projeto.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o relatório do senador José Pimentel (PT-CE), favorável ao projeto. Pimentel salientou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que declarou a não-incidência de ICMS sobre os provedores de internet.

## Negativação sem aviso prévio poderá ser proibida

A inclusão de nomes e dados de consumidores em fichas cadastrais e similares, em especial os cadastros negativos de crédito, deverá ser notificada com antecedência mínima de 15 dias úteis, de acordo com um projeto que se encontra na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O autor do PLS 25/2018, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), chama a atenção para os problemas envolvendo a “negativação” de consumidores, que muitas vezes só ficam sabendo que seu nome ou CPF foi lançado em cadastros quando vão tentar contratar financiamento ou operação de crédito.

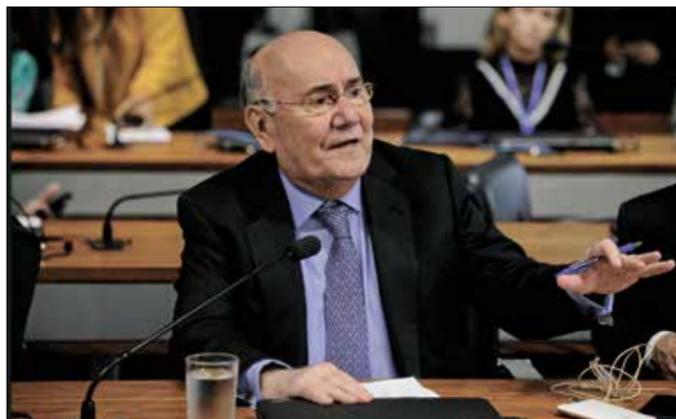
“É uma situação injusta porque o consumidor não pode se defender e porque, muitas

vezes, a cobrança que gerou o cadastro negativo era indevida. É preciso, ao menos, que o comprador seja notificado antes da inclusão, para que possa tomar alguma providência”, justifica o senador.

A proposta de Flexa altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990)

determinando a prévia notificação.

O projeto aguarda recebimento de emendas na comissão até a segunda-feira. A decisão da CTFC é terminativa. Se o texto for aprovado no colegiado e não houver recurso para votação em Plenário, seguirá para a Câmara.



Flexa propõe aviso com 15 dias de antecedência, para permitir providência

## Comissão analisa porte de arma de fogo para segurança de metrô

Os agentes de segurança metroviária poderão ter porte de arma. A permissão está prevista em um projeto de Hélio José (Pros-DF) que está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 34/2018) altera o Estatuto do Desarmamento para estender aos agentes de segurança metroviária a possibilidade de portar arma de fogo, como já é autorizado para as carreiras de agente prisional e de guarda portuário.

Na justificativa, Hélio José argumenta que os metrô têm sido palco de furtos e homicídios e às vezes são usados como meio de fuga para criminosos. “Com isso, as pessoas que usam os metrô se sentem cada vez menos seguras”, afirma.

Segundo o senador, a legislação que rege a segurança metroviária permite aos agentes atividades como vigilância, ações de manutenção da ordem, colaboração com a polícia e até prisão em flagrante e, mesmo assim, o Estatuto do Desarmamento não lhes concede o porte de arma.

Para Hélio José, a proibição é uma contradição, pois “quem dá a missão dá os meios”. O projeto seria, assim, uma forma de ajustar a lei e colaborar com mais segurança para os agentes e os usuários.

O projeto receberá decisão terminativa na CCJ. Se for aprovado e não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado, poderá ir diretamente para a Câmara dos Deputados.